# A PSICOLOGIA E O DEBATE DA LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

A discussão sobre o consumo de álcool e outras drogas é complexa e saturada de valores morais e crenças. Para uma análise e debate desse campo, é preciso desconstruir mitos, abrir espaços para reflexão e descortinar interesses em jogo.

A ideia de epidemia é frequentemente veiculada pela mídia e acaba por fortalecer crenças e mitos que fomentam um pânico moral. A ideia do uso de drogas vinculada ao pânico moral, pode promover a ideia de que as drogas, e em particular o crack, são os responsáveis por grande parte dos problemas da sociedade brasileira. O que se nota é muitas vezes uma inversão discursiva dos problemas, onde há um contexto social de exclusão que é anterior ao uso abusivo do crack.

Inegavelmente o uso de drogas deve ser cuidado, em particular o uso abusivo e especialmente na adolescência. Porém, o enfoque nas ações policiais violentas e somente em tratamentos compulsórios é oposta à ideia de proporcionar cuidado ao usuário. É necessário portanto, contextualizar socialmente e culturalmente os usos das drogas para o próprio entendimento da questão e o desenvolvimento de intervenções que propiciem o cuidado.

A psicologia, em meio a esse debate que é muitas vezes marcado por um viés político e moral, deve analisar os efeitos das políticas atuais, oferecer cuidado e atenção aos usuários, lutar contra o preconceito e estigma, e desenvolver pesquisas e estudos considerando as relações de gênero, raça, classe, e idade, sempre com o posicionamento de defesa dos direitos humanos e cidadania.

As políticas de drogas são em sua maioria guiadas por propostas de abstinência, manicomiais e da guerra contra as drogas. Na análise do cenário atual, nota-se que não só há um maior número de usuários, mas também da população carcerária, trazendo em relevância o custo real da guerra às drogas e o debate da necessidade de mudanças das políticas públicas.

No atual contexto das políticas de drogas, o uso abusivo é apenas uma das faces desta complexa questão, o tráfico e a violência associados às drogas ilegais, pedem intervenções de diferentes políticas públicas, demandando recursos de redes intersetoriais. Políticas para a juventude, educação, cultura, habitação, trabalho, lazer e justiça são fundamentais no processo de cidadania, trazendo aspectos importantes para construir novas mediações para os envolvidos com as drogas. O fortalecimento de políticas públicas inclusivas e integradas passa pelo entendimento de que a necessidade de tratamento não exclui ou anula os direitos de cidadania. Uma política que não incorpore ações de redução das vulnerabilidades diminui substancialmente a possibilidade de mudança da forma de uso das drogas.

Evidências internacionais indicam que as abordagens mais bem sucedidas para reduzir ou cessar o uso são intervenções psicossociais, em que a comunidade e o meio cultural passam a ser elementos fundamentais no cuidado deste sujeito. Intervenções planejadas e individualizadas funcionam quando o vínculo de confiança com o

usuário é estabelecido, e feito de forma voluntária. Ainda, outros estudos comprovam que medidas repressivas aplicadas em países com altas taxas de consumo em heroína e cocaína não diminuíram o consumo ou morte causadas por uso de drogas.

Uma política sobre drogas responsável deve ter uma prática que visa o fim da discriminação e estigma do usuário, oferecendo intervenções psicossociais para os diferentes tipos de problemas com as diversas formas de uso. Há, portanto, um grande campo de intervenção necessário, sendo importante formar equipes multidisciplinares; oferecer serviços emergenciais nos locais de uso; realizar intervenções que possibilitem a aproximação de usuários problemáticos; necessidade de consentimento do tratamento; distribuir medicamentos supervisionados quando necessário; e o entendimento de que a internação deve ser utilizada como última medida para a desintoxicação, sendo de curta duração, e realizada somente com a concordância do usuário; entre outras ações tão necessárias.

Ao analisar a questão das drogas, deve-se considerar os aspectos farmacológicos das substâncias, o indivíduo, seu contexto social e os contextos culturais e políticos. Nesse sentido, as políticas proibicionistas tiveram um grande impacto na forma do uso e do entendimento do tema.

As drogas são utilizadas desde a origem da humanidade para fins medicinais, ritualísticos, como alimento, veneno e fins recreativos. A proibição do século XX foi um marco na história moderna das drogas, pois demarcou aquelas determinadas como legais e ilegais. No contexto atual, não é permitido a análise e controle de qualidade das drogas ingeridas, colocando o usuário em maior risco e impondo sanções para estudos sobre as qualidades medicinais das atuais substâncias ilegais, assim como pesquisas sobre os efeitos das drogas na saúde dos indivíduos. A falta de controle de qualidade das substâncias ilícitas e, consequentemente, o aumento das possibilidades de adulteração, impureza e desconhecimento de seu potencial tóxico, assim como a escassez de informações necessárias, aumentam o risco para o usuário.

No âmbito social da proibição, além de expandir o poder punitivo, houve um aumento da violência. A criminalidade e violência geradas acabam por atingir a todos, porém é notável como tanto o número de pessoas presas como de vítimas de violências, são negros, e em particular jovens, de classes sociais menos favorecidas e que vivem em regiões periféricas. A proibição não diminuiu o consumo, mas mudou a maneira pela qual as pessoas usam as drogas, e aumentou os riscos para os usuários, quando associados à ilegalidade e à falta de informação.

A redução dos riscos e danos relacionados às drogas ilícitas exige, antes de tudo, uma vigorosa reafirmação de dignidade e respeito aos direitos fundamentais. Portanto, é fundamental o desenvolvimento de políticas e intervenções que não segreguem, estigmatizem e violentem os usuários.

A psicologia em sua trajetória, teve a construção de intervenções e de políticas públicas que respeitam a singularidade e promovem a cidadania, como visto em relação ao movimento antimanicomial e a defesa dos direitos humanos. Desta forma, na busca por outras maneiras de tratar, entender e construir políticas públicas sobre as drogas, O CRP SP entende que a Psicologia tem um papel fundamental no debate.